

# Termo de Referência 80/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
80/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	LUCAS DELEON RAMIRIO	03/05/2024 08:32 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23346.000695.2024-08

## 1. Definição do objeto

1.1. Eventual Aquisição Futura de Poltronas para Auditório, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITENS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho							
GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
			FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA, COM ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 53 A 55 CM COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESTRUTURA: Estrutura metálica confeccionada em aço 1010/1020 com no 2,65mm de espessura e estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010 /1020, dimensões 30x90mm e espessura 1,50mm, com tratamento de superfície com fosfatização de zinco e pintura à pó eletrostática. Painéis laterais para poltronas situadas em ponta de filas, confeccionados em MDF com 43mm de espessura, altura de 450mm, largura de 390mm e revestidos com lâminas de madeira natural com 0,70mm de espessura, nos padrões imbuia, mogno, freijó ou marfim e acabamento em verniz de poliuretano acetinado natural.				

		ASSENTO: Assento de rebatimento automático silencioso, acionamento por gravidade e buchas de poliacetal autolubrificantes. Estrutura interna do assento confeccionada em quadro de madeira de lei maciça termo-estabilizada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm e sistema de molas tipo nozag, contendo 05 molas. BLINDAGEM DO ASSENTO: Confeccionada em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola à base de uréia e formol e moldadas a quente. Espessura de 15mm com raio de curvatura de 450mm, dimensões 430x440mm, fixada à estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruídos e que será definido entre os padrões mogno, imbuia, freijó ou marfim e acabamento com verniz de poliuretano acetinado natural, possuindo ainda microperfurações em pelo menos 10% de sua área para melhor absorção acústica. ENCOSTO: Encosto fixo, regulável em três níveis ergonômicos de inclinação 18°,22°, 26° estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, espessura total de 15mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola à base de uréia e formol e moldadas a quente. Fixado à estrutura através de buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e pintadas pelo sistema epóxi pó. BLINDAGEM DO ENCOSTO: Em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola à base de uréia e formol e moldadas a quente. Espessura de 15mm com raio de curvatura de 450mm, dimensões 480 x 650mm, fixada à estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruído. Acabamento com lâmina de madeira natural de 0,7mm, nos padrões mogno, imbuia freijó ou marfim e acabamento em verniz poliuretano natural acetinado. ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de				
01	293118	Unidade	700	R\$2.255,29	R\$1.578.703,00	

Grupo 01		<p>poliuretano anti-chamas com densidade de 55Kg/m3, moldada anatomicamente com espessura de 90mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti-chamas, com formato anatômico, densidade de 50Kg/m3, possuindo largura de 450mm na parte superior e 470 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60mm na parte superior, 50mm no centro e 90mm na região lombar. Revestimento em 100% poliéster ou couro sintético cor a definir. APÓIA-BRAÇOS: Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados na estrutura com cavilhas de madeira e cola especial, dimensões 410x80x35mm. Acabamento nos mesmos padrões utilizados nos painéis laterais da estrutura. PRANCHETA: Prancheta escamoteável confeccionada em chapa de aço, compensado ou MDF, acabamento em lâmina de madeira ou laminado melamínico em ambas as faces e bordas em perfil de PVC. SAPATAS DE FIXAÇÃO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, estampadas e estruturadas por dobras, com dois furos para receber chumbadores de fixação ao piso e soldadas à estrutura pelo sistema MIG. Todos os componentes metálicos recebem tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura à pó Eletrostática. <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b></p>				
	02	293118	<p>FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA, PARA PMR (pessoa com mobilidade reduzida) CONFORME NBR ABNT 9050-2020 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Deverá ser assegurado que a poltrona para auditório de PMR a ser fornecida reunirá as mesmas especificações/características técnicas e estéticas do Item poltrona padrão para auditório, declaração de apoia-braços basculantes para atendimento às</p>	Unidade	20	R\$2.618,09

			peessoas com mobilidade reduzida (PMR). <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b>				
	03	293118	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA, PARA OBESO CONFORME NBR ABNT 9050-2020 COM AS SEGUINTE S CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Deverá ser assegurando que a poltrona para auditório de obeso a ser fornecida reunirá as mesmas especificações/características técnicas e estéticas do Item poltrona padrão para auditório. De acordo com a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, item 8.2.1.3.3, “os assentos para pessoa obesa (P.O.) devem ter largura mínima equivalente à de dois assentos adotados no local e possuir um espaço livre frontal de no mínimo 0,60 m e devem suportar uma carga de no mínimo 250 kg. conforme norma ABNT NBR 9050/2015. Dimensões mínimas: Assento: 780 mm (largura mínima) x 440 mm (profundidade mínima); Encosto: 700 mm (largura mínima) x 150 mm (extensão vertical mínima); Preferencialmente, sistema de fixação à estrutura não-aparente, para dificultar o acesso dos usuários, evitando o desprendimento com facilidade e prematuramente. <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b>	Unidade	20	R\$3.041,00	R\$60.820,00
Valor Total Estimado da Compra							R\$1.691.884,80

ITENS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes							
GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
			FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA, COM ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 53 A 55 CM COM AS SEGUINTE S CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESTRUTURA: Estrutura metálica				

		<p>confeccionada em aço 1010/1020 com no 2,65mm de espessura e estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010/1020, dimensões 30x90mm e espessura 1,50mm, com tratamento de superfície com fosfatização de zinco e pintura à pó eletrostática. Painéis laterais para poltronas situadas em ponta de filas, confeccionados em MDF com 43mm de espessura, altura de 450mm, largura de 390mm e revestidos com lâminas de madeira natural com 0,70mm de espessura, nos padrões imbuia, mogno, freijó ou marfim e acabamento em verniz de poliuretano acetinado natural.</p> <p>ASSENTO: Assento de rebatimento automático silencioso, acionamento por gravidade e buchas de poliacetal autolubrificantes. Estrutura interna do assento confeccionada em quadro de madeira de lei maciça termo-estabilizada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm e sistema de molas tipo nozag, contendo 05 molas.</p> <p>BLINDAGEM DO ASSENTO: Confeccionada em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola à base de uréia e formol e moldadas a quente. Espessura de 15mm com raio de curvatura de 450mm, dimensões 430x440mm, fixada à estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruídos e que será definido entre os padrões mogno, imbuia, freijó ou marfim e acabamento com verniz de poliuretano acetinado natural, possuindo ainda microperfurações em pelo menos 10% de sua área para melhor absorção acústica.</p> <p>ENCOSTO: Encosto fixo, regulável em três níveis ergonômicos de inclinação 18°,22°, 26° estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, espessura total de 15mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola à base de uréia e formol e moldadas a quente. Fixado à estrutura através de buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e</p>				
04	293118		Unidade	600	R\$2.255,29	R\$1.353.174,00

Grupo 02	<p>pintadas pelo sistema epóxi pó. BLINDAGEM DO ENCOSTO: Em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola à base de uréia e formol e moldadas a quente. Espessura de 15mm com raio de curvatura de 450mm, dimensões 480 x 650mm, fixada à estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruído. Acabamento com lâmina de madeira natural de 0,7mm, nos padrões mogno, imbuia freijó ou marfim e acabamento em verniz poliuretano natural acetinado.</p> <p>ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de poliuretano anti-chamas com densidade de 55Kg/m3, moldada anatomicamente com espessura de 90mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti-chamas, com formato anatômico, densidade de 50Kg/m3, possuindo largura de 450mm na parte superior e 470 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60mm na parte superior, 50mm no centro e 90mm na região lombar. Revestimento em 100% poliéster ou couro sintético cor a definir. APÓIA-BRAÇOS: Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados na estrutura com cavilhas de madeira e cola especial, dimensões 410x80x35mm. Acabamento nos mesmos padrões utilizados nos painéis laterais da estrutura.</p> <p>PRANCHETA: Prancheta escamoteável confeccionada em chapa de aço, compensado ou MDF, acabamento em lâmina de madeira ou laminado melamínico em ambas as faces e bordas em perfil de PVC. SAPATAS DE FIXAÇÃO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, estampadas e estruturadas por dobras, com dois furos para receber chumbadores de fixação ao piso e soldadas à estrutura pelo sistema MIG. Todos os componentes metálicos recebem tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura à pó Eletrostática.</p> <p><b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b></p>					
	FORNECIMENTO	E				

05	293118	<p>INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA, PARA PMR (pessoa com mobilidade reduzida) CONFORME NBR ABNT 9050-2020 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Deverá ser assegurado que a poltrona para auditório de PMR a ser fornecida reunirá as mesmas especificações/características técnicas e estéticas do Item poltrona padrão para auditório, declaração de apoia-braços basculantes para atendimento às pessoas com mobilidade reduzida (PMR). <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b></p>	Unidade	10	R\$2.618,09	R\$26.180,90
06	293118	<p>FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA, PARA OBESO CONFORME NBR ABNT 9050-2020 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Deverá ser assegurando que a poltrona para auditório de obeso a ser fornecida reunirá as mesmas especificações/características técnicas e estéticas do Item poltrona padrão para auditório. De acordo com a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, item 8.2.1.3.3, “os assentos para pessoa obesa (P.O.) devem ter largura mínima equivalente à de dois assentos adotados no local e possuir um espaço livre frontal de no mínimo 0,60 m e devem suportar uma carga de no mínimo 250 kg. conforme norma ABNT NBR 9050/2015. Dimensões mínimas: Assento: 780 mm (largura mínima) x 440 mm (profundidade mínima); Encosto: 700 mm (largura mínima) x 150 mm (extensão vertical mínima); Preferencialmente, sistema de fixação à estrutura não-aparente, para dificultar o acesso dos usuários, evitando o desprendimento com facilidade e prematuramente. <b>**AMPLA CONCORRÊNCIA**</b></p>	Unidade	20	R\$3.041,00	R\$60.820,00
<b>Valor Total Estimado da Compra</b>						<b>R\$1.440.174,90</b>

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto ou as unidades de fornecimento descritas no sistema eletrônico e as especificações ou as unidades de fornecimento constantes neste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha acima.

1.3. Os licitantes devem informar em suas propostas todas as características do material ofertado constantes tabela do subitem 1.1. na especificação detalhada da tabela acima.

1.3.1. Para evitar solicitações adicionais de envio de catálogos e fichas técnicas dos produtos ofertados, é solicitado que as informações, tais como descrição detalhada, marca/fabricante e modelo/versão, sejam preenchidas corretamente durante o cadastramento da proposta por meio do sistema.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.7. A quantidade mínima a ser cotada pelos licitantes, para cada item, deverá ser a quantidade total descrita na tabela acima, tendo em vista que a oferta de proposta em menor quantidade é desvantajosa para a administração, pois prejudica a economia de escala pela qual podemos obter melhores preços com a oferta da quantidade total a ser adquirida.

1.8. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.9. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.10. produtos ofertados devem possuir garantia mínima de 5 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação, garantindo assim a durabilidade e confiabilidade do mobiliário.

#### **1.11. Observações de Especificação e Justificativa:**

1.11.1 As especificações detalhadas para cada tipo de poltrona garantem a qualidade, segurança e conforto dos usuários. A realização de uma visita técnica antes ou após a definição da empresa fornecedora permitirá ajustes precisos nas dimensões das poltronas, garantindo uma instalação adequada e personalizada de acordo com as características do ambiente.

1.11.2. A especificação detalhada das poltronas de auditório é crucial para assegurar não apenas a qualidade do produto final, mas também sua total adequação ao ambiente em que será instalado. Cada aspecto das especificações é cuidadosamente considerado para garantir que as poltronas atendam plenamente às necessidades dos usuários e do espaço disponível:

1.11.2.1. Dimensões Gerais: A precisão das dimensões das poltronas é essencial para garantir que ocupem completamente os espaços designados para instalação, conforme indicado no desenho técnico anexado ao edital de aquisição. Isso não só otimiza a capacidade do auditório, mas também proporciona conforto aos usuários durante os eventos realizados.

1.11.2.2. Chapa Estrutural: A qualidade da chapa estrutural utilizada na fabricação das poltronas é crucial para garantir sua durabilidade e segurança ao longo do tempo. A aderência estrita às especificações fornecidas é fundamental para evitar qualquer comprometimento na integridade estrutural das poltronas, garantindo sua longevidade e resistência.

1.11.2.3. Estimativa de Quantidade: A Estimativa de Quantidade das poltronas por fila é fundamental para garantir não apenas a adequação do número de assentos, mas também uma distribuição eficiente e confortável no auditório. Considerando a importância desse aspecto, a argumentação pode ser aprimorada da seguinte forma: A determinação da quantidade de poltronas por fila é um ponto crítico no planejamento do espaço do auditório. Inicialmente baseada no desenho técnico anexado ao edital, essa estimativa é sujeita a pequenos ajustes durante a visita técnica. Essa etapa é vital, pois permite uma



avaliação detalhada da disposição real do espaço e das necessidades específicas do projeto. Através dessa análise in loco, podemos adaptar a distribuição das poltronas para garantir não apenas a capacidade máxima de assentos, mas também uma disposição que promova o conforto e a acessibilidade dos frequentadores. A quantidade de poltronas por fila, portanto, não é apenas uma questão de números, mas sim de proporcionar uma experiência satisfatória para todos os usuários do auditório. Ao cuidadosamente determinar essa quantidade com base no desenho técnico inicial e ajustá-la conforme a realidade do espaço e poltrona ser instalada, asseguramos uma distribuição uniforme e eficiente dos assentos disponíveis. Isso não apenas maximiza a capacidade do auditório, mas também cria um ambiente acolhedor e funcional para os eventos realizados, promovendo uma experiência positiva para todos os frequentadores.

1.11.2.4. Posição da Prancheta, Destro-Canhoto: Destinar uma parte das poltronas aos canhotos, representando 5% da quantidade solicitada, é uma medida de inclusão importante. Isso demonstra o compromisso em garantir o conforto e a acessibilidade de todos os usuários, independentemente de suas preferências ou necessidades individuais.

1.11.2.5. Catálogo e Desenho Técnico: A apresentação de um catálogo ou desenho técnico do produto, juntamente com sua identificação de marca e linha/modelo, é fundamental para comprovar sua conformidade com as especificações técnicas exigidas.

1.11.2.6. Desenho técnico: Anexamos o desenho técnico do auditório, que detalha a disposição exata onde as poltronas serão instaladas. É fundamental que as empresas participantes utilizem este desenho como referência exemplificativa durante a elaboração de suas propostas. Este desenho fornece informações detalhadas sobre o layout do auditório, incluindo a distribuição das poltronas por fila e sua localização precisa no espaço. Ao seguir rigorosamente as orientações delineadas neste desenho, as empresas podem garantir uma proposta alinhada às necessidades específicas do projeto, resultando em uma instalação precisa e eficiente das poltronas.

1.11.2.7. Distância entre eixos: Em relação ao desenho técnico, destaca-se a importância de observar as distâncias entre eixos de cada poltrona. Essa distribuição entre eixos deve ser realizada de maneira padronizada e planejada, merecendo atenção especial, principalmente para as poltronas destinadas a Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) e Pessoas Obesas (PO). É fundamental que essas poltronas atendam às normas pré-estabelecidas para esse público específico, garantindo acessibilidade e conforto.

1.11.2.8. Variações Toleradas: É compreendido que, durante os processos de fabricação, é natural que ocorram algumas variações nas medidas das poltronas, desde que essas estejam dentro dos limites estabelecidos pelos padrões do fabricante. No entanto, é crucial garantir que essas variações não comprometam a qualidade, o conforto e a funcionalidade do produto final. É importante ressaltar que qualquer variação aceita não deve conferir uma vantagem competitiva ou financeira injusta a uma empresa concorrente em detrimento das demais participantes do processo de aquisição. Em outras palavras, essas variações não devem ser utilizadas como estratégia para alterar substancialmente o que foi pré-estabelecido no edital de aquisição, visando obter uma vantagem desleal sobre os concorrentes. Essa abordagem visa garantir um processo de aquisição justo e transparente, onde todas as partes envolvidas tenham igualdade de condições e oportunidades. Além disso, assegura que o produto final atenda plenamente às necessidades e expectativas do cliente, sem comprometer a integridade do projeto ou a experiência dos usuários. Portanto, ao permitir variações dentro de limites aceitáveis e que estejam em conformidade com o desenho técnico fornecido, estamos promovendo um ambiente de negócios ético e responsável, que prioriza a qualidade e a satisfação do cliente, ao mesmo tempo em que protege a equidade no processo de aquisição.

1.11.2.9. Além disso, o desenho técnico (ANEXO III) também especifica os espaços destinados a cadeirantes, conforme as diretrizes indicadas. Portanto, ao seguir rigorosamente as orientações do desenho técnico, as empresas asseguram uma distribuição precisa e adequada das poltronas, considerando não apenas a disposição geral, mas também os requisitos específicos de acessibilidade e conforto para diferentes públicos, promovendo um ambiente inclusivo e adaptado a todas as necessidades.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme informações disponíveis no PNCP (<https://pncp.gov.br/app/pca/10648539000105/2024/4>).

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos , pois o arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 órgão licitante não estará obrigado a contratar os materiais licitados, que serão adquiridos somente quando surgir a necessidade e na quantidade demandada.

### **Da exigência de amostra**

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Será exigida 01 (um) de amostra do seguinte item:

4.5.1. Item 01.

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço Estrada de Muzambinho, Km 35, S/N, Bairro: Morro Preto, Muzambinho/ MG, CEP: 37.890/000 , no prazo limite de 20 (vinte) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, para todos os itens:

#### **4.9.1. Critérios para Análise da Amostra:**

4.9.1.1. Conformidade com as normas de fabricação da ABNT;

4.9.1.2. Conformidade com as especificações técnicas;

4.9.1.3. Qualidade dos materiais utilizados na fabricação, incluindo matéria-prima, pintura e colagens;

4.9.1.4. Acabamento homogêneo, com superfícies lisas e sem defeitos grosseiros;

4.9.1.5. Aparência estética, esmero na fabricação e qualidade na junção das peças;

4.9.1.6. Resistência e estabilidade dos móveis, garantindo segurança ao equipamento e ao usuário.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12.1. O IFSULDEMINAS emitirá parecer de aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação da amostra no prazo de até 10 dias úteis após o recebimento. Caso haja ressalvas, a licitante terá 3 dias úteis para correções ou apresentação de nova amostra. Após as correções, será emitido novo parecer conclusivo.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## 5. Modelo de execução do objeto

### Condições de Entrega

- 5.1. A convocação para entrega do objeto será feita por meio de Ordem de Fornecimento;
- 5.2. O prazo de entrega e instalação dos produtos será de 70 (setenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- 5.3. Caso não seja possível a entrega e instalação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. A entrega e instalação deverá ocorrer em dia útil, das 7h30 às 10h30 ou das 13h às 16h30:
  - 5.4.1. No Setor de Almoxarifado ou Setor de Patrimônio, do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, localizado na Estrada de Muzambinho, Km 35, S/N, Bairro Morro Preto, Muzambinho - MG, CEP: 37.890-000;
  - 5.4.2. No auditório do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes localizado na fazenda escola, Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes - MG.
- 5.5. O contratado deverá depositar e instalar o objeto no local a ser indicado pelo servidor responsável pelo recebimento provisório;

5.6. A entrega e instalação correrá totalmente às expensas do contratado, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação do material no local indicado pelo recebedor dos materiais;

5.7. No transporte até o local de entrega, os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, de acordo com as normas vigentes.

#### **Análises de qualidade, compatibilidade e autenticidade**

5.8. Sempre que a situação demonstrar conveniente, o contratante poderá encaminhar o material recebido ou solicitar auxílio a agentes, entidades, institutos, órgãos competentes, etc., para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

5.9. Esse procedimento é excepcional e poderá ser adotado tanto na fase de análise para recebimento definitivo, quanto para usufruir da garantia a ser assegurada pelo fornecedor ou pelo fabricante.

5.10. O tempo necessário para esse procedimento interrompe a contagem do prazo para análise do material, para fins de Recebimento Definitivo.

5.11. Quando nessa análise forem constatadas falhas de responsabilidade do fornecedor, as despesas com esse procedimento serão exclusivamente de sua responsabilidade, com prazo de dez dias úteis para pagamento, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União ou diretamente àquele que efetuou a análise, a partir da comunicação formal do contratante.

5.12. As responsabilidades do fornecedor por falha no fornecimento não cessam, mesmo que a análise seja feita após o recebimento definitivo.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, conforme art. 95, II da Lei 14.133 /2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido. Neste caso, aplica-se, no que couber, o artigo 92 da referida lei.

6.1.1. A nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que:

6.1.1.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.1.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133 /2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo requisitante do material, sendo acompanhada também pelo Setor de Almoxarifado.

6.5.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.5.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.1.1. A prova do recebimento provisório é constituída pela assinatura de quem de direito no documento fiscal ou documento equivalente;

7.2. O objeto deverá ser entregue pelo contratado, rigorosamente conforme especificações do Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido;

7.2.1. Não serão aceitos produtos que estejam em desacordo com as especificações ou que se apresentarem em embalagens danificadas, hipótese em que os produtos serão devolvidos;

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3.1. Neste caso, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas;

7.3.2. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor;

7.3.3. O contratante não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação;

7.3.3.1. Após dez dias de atraso, contados da data fixada no subitem acima, sem que o material recusado tenha sido retirado, será considerado abandono por parte do fornecedor, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

7.3.4. Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los. Será dispensado o referido Termo de Recolhimento, quando o material recusado for retirado por quem venha entregar os materiais que substituirão os primeiros, salvo por manifestação contrária, formal, do fornecedor.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;]

**Liquidação**

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

**Forma de pagamento**

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na , conforme as regras Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020 deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO]**;

#### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.24.1. Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de doze meses.

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial devidamente registrado na forma da lei, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% [dez por cento] do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### Qualificação Técnica.

8.31. Os laudos e certificados devem ser emitidos em nome do fabricante da poltrona e realizados por laboratórios acreditados junto ao INMETRO.

8.31.1. Catálogo do produto contendo especificações e informações técnicas;

8.31.2. Certificado de garantia do produto ofertado de no mínimo 5 anos a contar da emissão da nota fiscal;

8.31.3. Parecer Técnico assinado por um engenheiro do trabalho ou ergonomista, emitido por entidade acreditada pelo INMETRO, atestando o atendimento à NR-17 do Ministério do Trabalho;

8.31.4. Certificação ABNT em conformidade com a ABNT NBR 15878/2011;

8.31.5. Laudo de Densidade da Espuma de acordo com a ABNT NBR 8537/2015;

8.31.6. Laudo de Queima de Espuma de acordo com a ABNT NBR 9178/2015 e revestimento antichamas;

8.31.7. Laudos de Resistência à Corrosão de acordo com as normas ABNT NBR 8094:1983 e ABNT NBR 8095:1983;

8.31.8. Laudo de Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas ABNT NBR 10443:2008;

8.31.9. Laudo de Determinação de Aderência da tinta (GR = 0) ABNT NBR-11003/2010;

8.31.10. Certificado de Cadeia de Custódia CERFLOR ou Certificado de Cadeia de Custódia FSC (Forest Stewardship Council), garantindo a rastreabilidade da cadeia produtiva;

8.31.11. Licença Ambiental de Operação;

8.31.12. CTF (Cadastro Técnico Federal) - IBAMA;

8.31.13. Declaração da licitante assegurando que a poltrona para auditório de obeso e para pessoas com mobilidade reduzida (PMR) possuirão a mesma qualidade da poltrona padrão;

8.31.14. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por empresa ou órgão público, atestando a capacidade e qualidade das poltronas instaladas em outros contratos.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.132.059,70

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.132.059,70 (Três milhões, cento e trinta e dois mil, cinquenta e nove reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 01.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Nota de Empenho.

## 11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e anexos;

11.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;

11.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.9.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

11.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 12. Obrigações do Contratado

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

### 13. Infrações e sanções administrativas

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que Advertência, não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. quando praticadas as condutas descritas nas Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias;
- 1.1. Após dez dias de atraso, sem que o objeto tenha sido entregue, ficará caracterizada a inexecução contratual.
- 2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 14. Vistoria para a Licitação (FACULTATIVA)

14.1. A licitante poderá vistoriar, até o segundo dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública no local da entrega e instalação das poltronas, para que tenha conhecimento das condições em que se encontram e inteirar-se das condições e grau de dificuldade, peculiaridades existentes relativas aos serviços e manutenções a serem desenvolvidos,

mediante prévio agendamento de horário junto a Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços (CGIS), pelo telefone (35) 3571-5090, de segunda a sexta-feira, das 07h às 17h, sendo a Declaração de Vistoria, fornecida pelo Contratante, atestando o comparecimento de técnicos credenciados ao local onde será executado os serviços a ser contratado.

14.1.1. A realização de uma visita técnica, seja facultativa se for feita previamente à realização do processo licitatório ou obrigatória após a definição da empresa vencedora, é fundamental para assegurar a precisão no dimensionamento das medidas das poltronas e uma instalação adequada e adaptada às particularidades do ambiente de aplicação.

14.2. Durante a visita, conduzida por um representante autorizado da empresa fornecedora, são minuciosamente avaliadas as condições específicas do local, permitindo ajustes nas dimensões das poltronas para otimização do layout e conformidade com as características físicas do espaço. Essa abordagem não só garante a adequação física das poltronas ao ambiente disponível, mas também reforça o compromisso da empresa fornecedora com a excelência técnica e a satisfação do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho e Campus Inconfidentes.

14.3. Caso sejam identificadas variações nas medidas pré-estabelecidas no edital de aquisição, a empresa fornecedora compromete-se a elaborar um novo desenho técnico. Esse novo desenho será submetido à aprovação do órgão competente antes da fabricação, fornecimento e instalação das poltronas, garantindo total transparência e conformidade com as especificações acordadas.

14.4. Essa prática proporciona tranquilidade ao órgão contratante quanto à conformidade das poltronas com as necessidades específicas do ambiente em questão, além de assegurar que a instalação seja realizada de forma metódica e adaptada às particularidades do local. Assim, a visita técnica não apenas contribui para a excelência na execução do projeto, mas também fortalece o compromisso da empresa fornecedora com a satisfação do cliente.

## 15. Foro

15.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, MG – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

## 16. Elaboração do Termo de Referência

16.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços, auxiliado pelo “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ZELIA DIAS DE SOUZA**

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 03/05/2024 às 08:32:07.

**RENATO APARECIDO DE SOUZA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 03/05/2024 às 08:01:03.*